

VISÃO DO CORREIO

Faroeste contra as facções não costuma resolver

A ideia de que os Estados Unidos classifiquem oficialmente como organizações terroristas as facções criminosas brasileiras volta à tona depois do encontro de Flávio Bolsonaro com Donald Trump. Segundo o próprio relato sobre a reunião, o senador e pré-candidato ao Planalto insistiu com o anfitrião para que adote a definição.

De um ponto de vista estritamente prático, esse movimento teria como implicação que as forças militares e de segurança dos EUA estariam autorizadas, pela legislação norte-americana, a planejar e executar operações, inclusive em território brasileiro, contra Comando Vermelho (CV), Primeiro Comando da Capital (PCC) e outras organizações criminosas.

À parte as discussões em torno da nossa soberania, vale examinar o histórico das experiências de adotar uma abordagem militar e bélica para enfrentar o fenômeno, universal e em expansão, do crime organizado. A história recente da América Latina, em particular no século 21, oferece os exemplos de dois casos em que o Brasil deveria examinar com atenção.

A Colômbia despontou nos anos de 1980 como maior produtora e exportadora de cocaína, na maior parte destinada ao mercado estadunidense. Foi distinguida como alvo prioritário da "guerra às drogas" proclamada por Ronald Reagan, na época à frente da Casa Branca. A estratégia militar quebrou, nos anos de 1990, os cartéis de Medellín e Cali. Mas a economia doméstica do narcotráfico entranhou-se no interior abandonado, entrelaçada ao conflito armado com a guerrilha de esquerda. Hoje, o país segue como origem principal da cocaína consumida nas ruas dos EUA — e das grandes cidades europeias.

A desarticulação dos cartéis colombianos não apenas se mostrou inócua para estancar a oferta de drogas nos Estados Unidos — a parte que, ontem como hoje, se apresenta como interessada no combate ao narcotráfico. A posição dominante foi assumida, em boa parte, por organizações criminosas do México, até pelo acesso geográfico privilegiado ao mercado norte-americano.

Entre 2006 e 2012, o presidente Felipe Calderón declarou sua "guerra às drogas". No período, assistiu ao nascimento de uma facção formada basicamente por militares e policiais integrantes de uma unidade de elite instituída justamente para o combate frontal aos cartéis: à medida que avançavam no terreno, assumiam para si o comando das operações criminosas. A herança do processo contabiliza 60 mil mortos e mudanças apenas nos nomes de quem comanda o negócio: hoje, além de operar na Colômbia, os cartéis mexicanos operam nas regiões fronteiriças da Amazônia brasileira.

O crime organizado demonstra historicamente capacidade maior que a das forças de Estado para reciclar-se. No Brasil, assim como na Colômbia e no México, buscou e segue buscando meios para se inserir no tecido social legal, não apenas econômico, mas igualmente político e mesmo judicial. Os resultados recentes no combate às facções, por aqui, atestam que a frente mais promissora é a da inteligência, da investigação metódica.

Não é no faroeste das comunidades abandonadas que o Estado, em nome da sociedade, derrotará as protomáfias geradas e alimentadas por décadas de equívocos e convivência. A hidra a ser decapitada veste terno e gravata, tem CPF e CNPJ.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Rhuan, para sempre na memória

No último dia 20, Rhuan Maycon teria completado 16 anos. Fiquei pensando se ele seria um adolescente típico dos nossos tempos, caso tivesse chegado a essa idade. Seria grudado em redes sociais, colecionaria figurinhas da Copa do Mundo, daria rolês com os amigos? Mas Rhuan não teve nem a chance de aproveitar a infância. Viveu somente até os 9 anos — e viveu não seria bem a palavra, sobreviveu é a mais correta. O mundo que conheceu foi praticamente só de medo e dor.

Rhuan foi retirado do convívio do restante da família quando estava com 4 anos. O pai detinha a guarda, mas o ser abjeto a quem chamava de mãe e a comparsa dela fugiram com ele do Acre. E transformaram a vida do garotinho em um profundo sofrimento. Ele não tinha o direito de brincar ou a ir à escola. Era submetido a uma rotina de violência física e psicológica — enfrentada em silêncio, sem ninguém a quem pedir socorro. A esperança nunca chegou para ele.

A mulher de quem dependia totalmente fazia questão de mostrar o quanto o odiava. A ponto de escalar o horror na vida dele. Cortou o pênis e os testículos do menino, sem anestesia nem socorro médico. Por complicações da

mutação, ele sentia dores lancinantes ao urinar.

Não satisfeita, a criatura repugnante planejou a derradeira abominação. Um ano depois de mutilá-lo, o matou com 12 facadas. O primeiro golpe, no peito, enquanto o garotinho dormia. Ela o degolou ainda vivo e, com a ajuda da companheira, esquartejou o corpo e queimou uma parte.

O crime, um dos mais brutais e covardes da história deste país, ocorreu em Samambaia e completará sete anos no próximo domingo. A cada fim de maio, estou aqui a lembrá-lo, e a reiterar que algozes de crianças e adolescentes deveriam apodrecer atrás das grades, só sair da cadeia ao fim de suas lamentáveis vidas. Sei que não é algo que uma pessoa cristã deveria defender, mas não atingi ainda esse espírito elevado.

A minha fé me diz, porém, que Rhuan agora está em paz, que o Deus em quem acredito o embala e lhe dá o amor intenso e infinito que ele sempre mereceu. Mas o suplício que marcou sua curta existência e a morte atroz não podem cair no esquecimento. Temos de nos lembrar que Rhuan esteve aqui e que deveria ter uma vida plena e feliz. A sordidez humana não permitiu.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Violência 1

Mulher jogada de penhasco em Minas pediu medida protetiva contra o ex quatro dias antes. Digo e não me canso: uma mulher, ao procurar uma delegacia especializada ou uma delegacia comum solicitando medida protetiva, deveria imediatamente ser conduzida ao programa de proteção até finalizar a investigação. Os seus filhos, também. Constatado o perigo, o abusador deve ser preso e julgado em comarca diversa do ocorrido, para dificultar qualquer tipo de acesso ou de assédio por parte de amigos e familiares do abusador. Não é utópico, há recursos disponíveis para isso se concretizar. Faltam empenho e gerência.

» **Luciana Vitória**

Ubaitaba (BA)

Violência 2

A luta contra o feminicídio é nobre e reclama destaque, mas será que não é hora de prestar mais atenção também à violência entre homens? Mulheres perfazem 8,5% do total de vítimas de mortes violentas; é o mesmo que dizer que mais de 90% das vítimas são do sexo masculino — e, acrescento eu, mais de 90% dos autores também. É pena que só uma parte desses números cause tanto espanto: o restante virou rotina e compõe a paisagem.

» **Randerson Azevedo**

Cruzeiro

Nova NR-1

Saúde mental vira obrigação legal das empresas com a nova NR-1. É uma pena que, na prática, talvez não haja resultados. Por exemplo: a empresa é bacana e paga os funcionários certinho. No entanto, a gerência não é de agrado de ninguém, e é isso que afeta a saúde mental do trabalhador. A única coisa que a maioria das empresas faz, nesses casos, é apostar no "os incomodados que se mudem". É só verificar a rotatividade de funcionários para comprovar essa tese.

» **Danielle Almeida**

Brasília

Cuba livre

O editorial do *Correio* de 27 de maio bem define a situação de Cuba como um modelo estatal exaurido por décadas de estagnação, embargo e dependência externa. É um modelo mantido por uma casta política que não admite deixar o poder. Os criadores desse modelo têm mais de 90 anos. Cuba precisa ser salva da prepotência e da crueldade desse grupo aferrado a suas idéias ultrapassadas. Há 67 anos, o povo vive em condições de miséria e deficiência, desde que a ditadura socialista lhe foi imposta pelos que prometeram liberdade e democracia e o escravizaram com opressão e racionamento. Há os que afirmam que apenas aos cubanos cabe decidir seu futuro, mas não explicam como um povo desarmado, subjugado por um regime de partido único, que o prende por pedir comida e eletricidade, vigiado em cada quadra pelos Comitês de Defesa da Revolução, amedrontado pelos esbirros do Ministério do Interior, sem

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Quatorze meses para a mudança que acabará com a escala 6 X 1? Quando estiver próximo do fim desse prazo, eles vão revogar. É lamentável!

Rafael Cardoso — Brasília

Um tempo curto desse de transição para o fim da escala 6 X 1 deixa claro que ninguém está mesmo preocupado com os empresários deste país! As intenções eleitorais cegaram as autoridades.

Paulo Dutra — Asa Sul

Você, cidadão comum, não acha estranho que um parlamentar brasileiro se encontre com um presidente da República no exterior para pedir exatamente o que não quer o governo brasileiro? Pode isso, Arnaldo?

Marcos Paulino — Vicente Pires

Foto com Trump: fotografia é um hobby caro. Viajar para os Estados Unidos só para tirar uma foto é mais caro ainda.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Brasil alcançou patamar de muito alto desenvolvimento humano, mas como é muito grande, três ou quatro cidades têm alguns números que somam pontos. Grande parte do país tem alto número de favelas.

Raimundo Lima — Brasília

direito a eleições democráticas, pode decidir seu futuro. O povo cubano anseia por um libertador, que o salve dos grilhões da tirania socialista e lhe devolva o direito de escolher o próprio caminho.

» **Roberto Doglia Azambuja**

Asa Sul

Transparência

Incrível! Algo tão básico quanto mostrar quanto se ganha no serviço público ainda soa como uma grande conquista. A decisão de unificar os contracheques é importante, mas revela o tamanho da opacidade que sempre existiu no Judiciário. A transparência deveria ser o padrão, a cultura e a obrigação mínima de quem administra o dinheiro público. O mais triste é perceber que, por décadas, a falta de transparência serviu a muitos e prejudicou a todos nós.

» **Pacelli M. Zahler**

Sudoeste

CORREIO BRAZILIENSE

*"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"*
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM	ASINATURAS® SEG a DOM R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A. Press Multimídia
Atendimento pessoal para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.uudapress.com.br